



ABORDAGENS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ESCOLAS NO BRASIL*

PEDAGOGICAL APPROACHES ON FOOD AND NUTRITION EDUCATION IN BRAZILIAN SCHOOLS

Elizabete Cristina Ribeiro Silva¹

Alexandre Brasil Fonseca²

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, elizabete_crs@yahoo.com.br

²Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, abrasil@ufrj.br

Resumo

No contexto contemporâneo é consenso, em fóruns que discutem o tema, a importância da educação alimentar e nutricional para a promoção da saúde por meio da formação de hábitos alimentares saudáveis, assim como a escolha do ambiente escolar como privilegiado para esse fim. O presente trabalho buscou fazer a análise de artigos científicos dos últimos oito anos que tratam de ações, intervenções e pesquisas desenvolvidas sobre a alimentação escolar no Brasil, tendo como foco de interesse as abordagens pedagógicas provavelmente presentes com o propósito de educação alimentar e nutricional. Constatou-se uma baixa produção científica em torno das concepções pedagógicas envolvidas, o que sugere um descuido com relação ao tema tanto nas ações empreendidas como nas perspectivas das análises das pesquisas realizadas. Onde foi possível identificar ações educativas, houve o predomínio de abordagens teórico-metodológicas tradicionais.

Palavras-chave: alimentação escolar, educação alimentar e nutricional, hábitos alimentares, promoção de saúde.

Abstract

In the contemporary context, the importance of food and nutrition education in health promotion through the process of forming healthy eating habits is consensus among the forums related to this topic, as well as the choice of the school environment as privileged for this purpose. The present study analyzed scientific articles from the last eight years which discuss activities, interventions and researches developed about school meals in Brazil, with focus upon the pedagogical approaches probably present with the intention of food and nutrition education. It was evidenced little scientific production exploring the pedagogical concepts involved, this suggests disregard with the theme when developing activities and also in the perspectives of the analysis in the referred researches. Where it was possible to identify educative activities, there was a predominance of traditional theoretic-methodological approaches.

* Pesquisa desenvolvida com recursos do Observatório da Educação, Núcleo Local/NUTES – CAPES/INEP

Keywords: School feeding, food and nutrition education, food habits, health promotion.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, por recomendação de organizações nacionais e internacionais, as políticas públicas em educação e saúde têm dado ênfase a estratégias visando a Promoção de Saúde. Um dos itens considerados primordiais é a garantia de uma alimentação saudável. Nesse contexto, é consenso o potencial da escola como locus privilegiado para que práticas sejam implementadas nesse sentido, como as ações desenvolvidas de forma articulada no âmbito da iniciativa de Escolas Promotoras de Saúde (BRASIL, 2007). Os desafios para a implementação de tal proposta (CARVALHO, 2004), de forma abrangente, tornam-se ainda maiores no Brasil em decorrência de sua dimensão e profunda desigualdade social. Desafios que precisam ser enfrentados e ampliados por importantes parcerias na comunidade escolar, administração pública, serviços de saúde e sociedade em geral, para levar adiante ações que promovam a saúde do maior número de pessoas possível.

A presença do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) há vários anos e de forma significativa em todo o território nacional pode ser uma importante aliada para a construção de estratégias que visem à promoção da saúde na escola. Em sua formulação, o PNAE tem como atribuições o atendimento de necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola e a promoção da formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009). É possível identificar avanços desde a implantação do PNAE quanto à descentralização no repasse de verba para a aquisição de alimentos e na elaboração do cardápio. Alguns autores têm denunciado como incipiente a promoção de hábitos alimentares saudáveis, que, segundo eles, não se resumiriam ao oferecimento regular de alimentos considerados adequados e/ou de informações apropriadas acerca dos mesmos. Porém, há a percepção do potencial educativo do PNAE e a discussão sobre a forma com que professores, nutricionistas e merendeiras podem atuar conjuntamente em torno do alimento para a promoção da saúde (SOUZA & FONSECA, 2007). Neste contexto, ganha destaque a figura do profissional de nutrição (COSTA et al, 2001), que já atua como responsável técnico pelo programa e pode vir a se tornar legalmente o responsável pedagógico por ações relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional, conforme projeto em tramitação no Congresso Nacional.

Considerando o reconhecimento da importância de ações educativas nessa argumentação, e tendo como objetos de análise artigos científicos publicados entre os anos de 2000 a 2008, pretende-se evidenciar as abordagens pedagógicas relacionadas à educação alimentar e nutricional para os/nos espaços formais de educação básica no Brasil. Há, nessa investigação, a percepção de um número significativo de publicações sobre o tema na área de saúde e que investigam, majoritariamente, o aspecto assistencialista do oferecimento de alimento no espaço escolar, ou as características nutricionais desses alimentos ou a verificação de hábitos alimentares em crianças e adolescentes. Entre os poucos artigos que apresentam ou discutem propostas de educação alimentar e/ou nutricional, há os que o fazem na perspectiva tradicional de educação e os que sinalizam para abordagens que respondem às demandas da contemporaneidade. Utilizamos o primeiro grupo para o enriquecimento comparativo da análise crítica e destacamos o segundo como contribuição para novos debates.

Foram selecionados 16 artigos de diferentes publicações, do período mencionado, disponíveis na base de dados do SCIELO (11), BVS (4) e LILACS (1), produzidos no contexto da realidade brasileira. A escolha do período deve-se à tentativa de captar ações recentes e com maior possibilidade de consolidarem as recomendações atualizadas oriundas dos diversos fóruns que discutem o tema. Para análise dos artigos, procurar-se-á tangenciar proposições com interfaces educativas constantes nas formulações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição

- PNAN (BRASIL, 2000), do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2009), além do conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (VALENTE, 2002) e da abordagem transdisciplinar dos fenômenos contida nos pressupostos do *Pensamento Complexo* (MORIN, 2005).

ABORDAGENS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional tornou-se tema recorrente no Brasil a partir dos anos 90, passando a integrar propostas de políticas públicas na área de saúde. Há sugestões de discussões na Educação em Saúde e na Educação em Ciências para ações nas escolas. É ingênuo supor que a formação de bons hábitos alimentares se efetive na escola com ações isoladas, como a oferta de alimentos nutricionalmente ricos, aulas de Ciências, textos no livro didático, palestras e distribuição de folhetos. Nessa conjuntura, evidencia-se a Educação Alimentar e Nutricional para o agenciamento de práticas alimentares saudáveis e, conseqüentemente, para a Promoção da Saúde. A alimentação humana é um fenômeno complexo, que envolve vários aspectos e requer abordagem pluridisciplinar (POULAIN & PROENÇA, 2003). Por outro lado, há diferentes modos de conceber a educação. Conseqüentemente, ao se adjetivar a educação com “*alimentar e nutricional*”, as variadas concepções também se fazem presentes.

O reconhecimento da *complexidade* para análise da realidade pode fornecer elementos capazes de evitar ou atenuar o reducionismo nas ações educativas. A proposição dos fundamentos da complexidade traz o pensamento multidimensional, que comporta, de forma indissociável, as dimensões individual, social e biológica (MORIN, 2005a). Os hábitos alimentares constituem um aspecto cultural complexo e dinâmico, que se perpetua por permanências e mudanças. Nesse sentido, devem ser transmitidos e ensinados para que sejam aprendidos e apropriados. Daí podem emergir elementos novos, que, se incorporados e assimilados pelo grupo social, promovem avanços de forma paulatina (MORIN, 2005b).

A complexidade alimentar admite pelo menos duas dimensões interconectadas: uma que se estende do biológico ao cultural, que comportaria as funções nutricional e simbólica; outra que se projeta do individual para o coletivo, abrangendo o psicológico e o social (FISCHLER, 1995). As preferências e aversões alimentares são geridas por fatores que vão do efeito sensorial individual à informação e ao consenso estabelecidos pelo grupo social. A influência da pressão social, mediante a exposição constante do alimento, estimularia o gosto e o oferecimento do alimento em um contexto social positivo, o tornaria valorizado e respeitado pelos outros (ROZIN, 2002). O valor e o significado que são atribuídos a um determinado alimento estão mais relacionados a um sistema de significações produzido socialmente do que ao seu valor real. Nesse caso, importa mais o seu significado do que o alimento em si. É possível perceber que a publicidade alimentar acaba por valorizar alguns alimentos, atribuindo-lhes características e poderes (BARTHES, 1995).

Atribuindo-se à escola o papel de educar para práticas alimentares saudáveis, caberia ao nutricionista integrar e mobilizar a comunidade escolar por meio de ações vinculadas ao PAE (Programa de Alimentação Escolar). Nesse caso, o nutricionista teria que estar apto a desempenhar o papel de articulador de ações educativas, convocando outros colaboradores para o desenvolvimento de projetos, coordenação, supervisão e execução de programas de educação permanente em alimentação e nutrição, e articulação com a direção e coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com esse conteúdo.

As práticas educacionais no campo das Ciências e da Saúde, nas quais se inserem a educação alimentar e nutricional, têm se caracterizado pela heterogeneidade, comportando diferentes abordagens pedagógicas. De modo geral, estão situadas em dois grupos: o das pedagogias liberais, que incluem as concepções tradicional e comportamentalista, voltadas para a

manutenção e reprodução do sistema, e o grupo das pedagogias progressistas composto pelas concepções construtivistas e político-social, visando à construção coletiva do conhecimento e à transformação social. A visão tradicional privilegia a transmissão, o armazenamento e a acumulação de informações e a comportamentalista confia ser o conhecimento resultado direto da experiência que se situa entre estímulos e respostas, entendendo o homem moldado segundo estímulos do meio. A concepção construtivista postula que cada indivíduo atribui significado particular ao mundo real de acordo com seus processos mentais e que o conhecimento se efetiva quando ocorre sua interação com o meio. Nesse caso, a aquisição de conhecimento é considerada um processo ativo e contínuo e, portanto, as relações sociais são valorizadas. A abordagem político-social defende que apenas com a transformação da realidade a educação se concretiza, sendo que ela se daria por meio da conscientização dos indivíduos. Nessa concepção, a relação ensino-aprendizagem é baseada em processos dialógicos (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

A educação passou a ser requerida como coadjuvante por diversas áreas do conhecimento. É comum observarmos, em função das novas demandas sociais, do reconhecimento de demandas antigas e das discussões de congregações específicas sobre Alimentação e Saúde, novas elaborações em documentos no sentido de uma adequação do discurso para as abordagens educativas. São inseridos alguns conceitos, oriundos da área de educação, e eliminados outros, compondo um discurso híbrido ou mesmo totalmente reformulado. Porém, não há a garantia de compreensão e apropriação do discurso produzido, resultando, muitas vezes, em práticas educativas inconsistentes.

Assim como na educação em geral, a despeito dos avanços teóricos, as práticas educativas em saúde, em grande parte, coadunam-se com as concepções tradicional e comportamentalista de educação. Valorizam a uniformização de recomendações técnicas e a culpabilização daqueles que não conseguem segui-las. Ou seja, está presente o caráter normativo, baseado em prescrições comportamentais que não levam em conta os determinantes do processo saúde-doença e o saber popular (CASTRO et al , 2007). O avanço nas ações de difusão de informação e comunicação que enfatizam as estratégias de produção, circulação e controle das informações referentes à alimentação e nutrição não são suficientes para a construção de práticas alimentares saudáveis e, por isso, as estratégias educativas não podem ser negligenciadas (SANTOS, 2005).

O PNAE, desde sua implantação, em 1955, vem sofrendo reformulações no que diz respeito à promoção e formação de hábitos alimentares saudáveis. Embora preveja, atualmente, a aplicação da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem e a promoção da alimentação saudável nas escolas com ações educativas transversais, ainda é censurado por priorizar o seu aspecto assistencialista. Faz-se necessário o investimento em ações educativas multiprofissionais em nutrição, visando à promoção da saúde na comunidade escolar de modo que o PAE se constitua em espaço de aprendizagem e de produção de conhecimento (COSTA et al , 2001).

A PNAN (BRASIL, 2000) sugere para o alcance de seus propósitos o “*desenvolvimento de processo educativo permanente*” e a “*promoção de campanhas de comunicação social sistemáticas*”. Embora o documento alerte para a complexidade da educação alimentar e nutricional, não delimita claramente uma concepção de educação e nem indica diretrizes para a sua prática. As propostas educativas da PNAN apresentam como foco central a disseminação de informações com valorização dos meios de comunicação para campanhas educativas e o controle de informações sobre alimentação e alimentos. Sendo assim, haveria a crença de que a ampliação da qualidade e quantidade de informações beneficiaria mais pessoas, estando ignorada a necessidade de capacitação para abordagens educativas apropriadas. Perdura uma discussão acerca dos conceitos de promoção de saúde e da educação em saúde sobre a qual não há consenso. Porém, na prática, prevalece a abordagem educacional focada na transmissão de conhecimento. Nessa perspectiva, o acesso e a democratização da informação seriam facilitados

com a utilização de recursos tecnológicos da comunicação, por meio de estratégias como campanhas, elaboração de material educativo e instrucional (SANTOS, 2005).

A PNAN busca garantir a Segurança Alimentar e Nutricional que está subordinada ao princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Considera-se que a alimentação é adequada quando contribui para a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres e de sua responsabilidade para com o meio ambiente e com qualidade de vida de seus descendentes (VALENTE, 2002). Para o atendimento desse preceito, fica implícita a necessidade de um processo educativo de concepção crítica, uma vez que a alimentação adequada pressupõe não só a obtenção da informação e a possibilidade de acesso a alimentos, mas também a escolha consciente.

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2004) teve como resolução a elaboração da Lei 11.346/2006, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que tenta consagrar uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como dois princípios básicos que a orientam: o direito humano à alimentação e a soberania alimentar. A SAN, entre outros itens, abrange a produção de conhecimento e o acesso à informação. Em função da opção da abordagem educativa, há formas distintas de se conceber a produção de conhecimento - Quem produz? Como produz? Para quem produz? -, assim como de considerar o que seria o acesso à informação.

O oferecimento de informações é uma condição necessária, porém não suficiente diante das dimensões que compõem o ser humano. Um outro enfoque importante se refere ao estatuto do discurso científico na atualidade e à sua legitimidade na sociedade, haja vista a pouca eficiência de experiências em que o discurso científico é imposto por meio de campanhas que utilizam a comunicação midiática. O mesmo ocorre com o profissional da saúde ao assumir o papel de veiculador de informações excluindo a relação dialógica (SANTOS, 2005).

Identificamos como ambiciosa a proposta da Portaria Interministerial 1.010/06 (BRASIL, 2009), que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas das redes públicas e privadas. Entre outros fatores, ela reforça a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sugerindo para a saúde a abordagem transdisciplinar. Há o reconhecimento da complexidade da alimentação e do desafio para sua incorporação no contexto escolar. Enfatiza-se a alimentação saudável na promoção da saúde e a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis. Entre as diretrizes, sugere a inserção do tema “alimentação saudável” no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano escolar. Em ambos os documentos, há proposição da transversalidade; porém, na prática, o tema segue mantendo um forte vínculo com o Ensino de Ciências em conteúdo curricular e na responsabilidade pelas ações. A inclusão da temática da Segurança Alimentar e Nutricional nos projetos pedagógicos das escolas, sem um arcabouço consistente, só evidenciaria mais um conteúdo. Uma maior interconexão sociologia-antropologia-educação poderia preencher o vazio das atuais abordagens educativas afins (SANTOS, 2005).

Diante do exposto, fica entendido que tais processos educativos devem proporcionar a conexão com o alimento por intermédio de vivências multissensoriais, tendo como base a pressuposição de processos educativos que visem à construção da autonomia. Essa implica a capacidade individual de tomar decisões conscientes, o que, paradoxalmente, é dependente do meio, das condições culturais e sociais. O indivíduo é produto da constituição física, interagindo com um conjunto de fatores externos (MORIN, 2007). Dentre os fatores externos que influenciam as escolhas, e, portanto, o comportamento humano, o estímulo ao consumo tem sido apontado como uma ocorrência importante, opondo-se aos processos de educação alimentar e nutricional. O consumo, entendido como a totalidade de processos socioculturais por meio dos quais se concretiza a apropriação e uso de produtos, decreta a distinção de classes sociais. Nesse caso, o consumo infantil tem sua gênese antes do nascimento das crianças, quando seus

progenitores se comprometem a dar aos filhos o que não tiveram (LAURINDO & LEAL, 2008). Aqui se insere o papel educativo. Para que a autonomia se consolide, é necessário o acesso a um elenco rico de opções. Porém, estas não podem se restringir a um conjunto de informações, mas em vivências e aprendizados significativos e saberes autênticos. A educação deve ser pensada para a totalidade humana, sua inteligência, sua sensibilidade, seu corpo (NICOLESCU, 2005), especialmente no que concerne à formação de hábitos alimentares.

A panorâmica apresentada até aqui tem a intenção de expor, em linhas gerais, as orientações vigentes para enfoques pedagógicos em educação alimentar e nutricional a fim de permitir verificar, nos artigos selecionados, em que medida as ações e pesquisas na área se coadunam com aqueles.

ANÁLISE DOS ARTIGOS

Ao considerarmos a relevância da escola como espaço educativo para a constituição de hábitos alimentares, cabem considerações e apreciações sobre os fenômenos correlatos. Foram selecionados artigos que vislumbrem ações e pesquisas no/sobre espaço escolar, potencialmente contribuintes para a promoção de educação alimentar e nutricional. Será feita uma tentativa de identificação da abordagem pedagógica presente nas ações implementadas e/ou nas discussões efetuadas acerca das mesmas. Elas serão enquadradas em duas grandes categorias pedagógicas já comentadas - liberais e progressistas.

Nos artigos encontrados sobre alimentação escolar, há o predomínio de ações e/ou pesquisas onde não é possível identificar intenção pedagógica, ou seja, o alimento oferecido é visto com o intuito de suprir necessidades nutricionais dos alunos e o foco é verificar a sua eficácia em termos de qualidade e quantidade. Há ainda artigos que tratam da gestão de recursos para a aquisição de gêneros alimentícios para escolas. Quando é possível identificar intenção educativa, a maioria se enquadra nas abordagens da primeira categoria mencionada, e um número reduzido faz adesão à segunda categoria.

Os artigos serão apresentados numa sequência que permita a percepção da evolução das concepções pedagógicas no campo em questão, partindo da possível omissão até os que sinalizam para abordagens mais coerentes com a atualidade. Os primeiros artigos são apresentados para evidenciar que, a despeito das recomendações de fóruns já citados e de o PNAE prever em seus objetivos a promoção da formação de hábitos alimentares saudáveis, esse aspecto segue negligenciado em ações e em muitas perspectivas das análises das pesquisas.

No trabalho desenvolvido por Monte et al (2003), foi avaliado o nível de desnutrição das crianças que frequentam as escolas em um município no Ceará. Concluiu-se que a merenda escolar não atendia às necessidades mínimas dos estudantes. Burlandy e Anjos (2007), ao investigarem a relação entre o “*Acesso à alimentação escolar e o estado nutricional de escolares no Nordeste*” identificaram a prevalência de desnutrição entre crianças que não frequentavam escolas e nas que frequentavam as que não ofereciam a refeição gratuita. Identificou-se também sobrepeso em crianças que recebiam refeição. Os autores denunciam, assim, uma focalização inadequada da oferta quanto aos critérios geográficos, econômicos e biológicos. Prass et al (2007), em pesquisa para identificar a contribuição do PNAE na condição nutricional de crianças, iniciam o artigo informando que o PNAE visa fornecer uma alimentação nutricionalmente adequada às crianças com o objetivo de diminuir os índices de evasão e repetência, proporcionando, assim, um melhor rendimento escolar. Concluem que há unanimidade na aceitação do programa pela sua abrangência social e contribuição na melhoria das condições nutricionais, o que se refletiria significativamente no desempenho escolar. Santos et al (2007), ao fazerem uma “*Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no*

período 1995-2002”, propuseram-se a avaliar o PNAE na perspectiva de estrutura-processo-resultado em municípios na Bahia. Embora o trabalho tenha se baseado também em entrevistas, a análise do que foi considerado resultado se resumiu à verificação da aceitabilidade e do número de atendidos pelo programa. Sturion et al (2005) desenvolveram pesquisa para verificar o nível de adesão dos alunos ao PNAE e as principais variáveis que a afetam. Evidenciaram a diminuição da adesão de alunos em função de uma maior faixa etária e da presença de cantina no espaço escolar. Muniz e Carvalho (2007), ao analisarem a adesão e a aceitação da alimentação escolar e seus determinantes sob o ponto de vista dos beneficiários do PNAE, concluem que a inadequação ao hábito alimentar e o sabor foram os principais motivos referidos pelas crianças para não aderirem e aceitarem a alimentação. Os autores chegam a questionar o papel educativo do PNAE e sugerem uma maior investigação em torno da adequação do cardápio aos hábitos alimentares e da essencialidade do Programa para reduzir a evasão escolar.

As **seis** pesquisas mencionadas não tinham como objetivo a discussão de aspectos relativos à educação alimentar e, em geral, restringiam-se à ótica clássica da “merenda escolar”. Apresentam perspectiva assistencialista da alimentação escolar na ação do programa e na proposição da pesquisa, em que os alimentos considerados são os ingeridos na escola, ignorando o potencial educativo do PAE (MONTE et al, 2003; BURLANDY & ANJOS, 2007; PRASS et al, 2007; SANTOS et al, 2007). Burlandy e Anjos (2007) identificam o sobrepeso em alunos que são atendidos com a merenda escolar e a desnutrição naqueles que não o são, mas menosprezam outros fatores determinantes. Quando se constata entre os alunos mais velhos menor adesão ao programa (STURION et al, 2005), o fato é atribuído à maior autonomia de escolha. Não se questiona uma possível falha em um dos objetivos do PNAE, mencionado no início do mesmo trabalho, que é o de formar bons hábitos alimentares. Da mesma forma, a presença de cantinas interferindo negativamente na adesão poderia merecer análise semelhante. A pouca adesão comportaria uma apreciação em que se considerassem também aspectos sociais e culturais. Muniz e Carvalho (2007), ao focarem o estudo na visão dos beneficiários do PNAE, identificam elementos importantes que podem contribuir para a elaboração de ações educativas. Porém, na discussão, pouco exploram os fatores que interferem na adesão ou não ao programa e, ao proporem a adequação do cardápio ao gosto do público, fica subestimado o papel educativo para a formação de hábitos alimentares. Caberia recorrer ao estabelecimento de interfaces entre a educação, a sociologia e a antropologia para a análise dos dados encontrados.

Nas situações apresentadas, tendo em vista os objetivos das pesquisas, os autores priorizaram o caráter assistencialista do oferecimento da alimentação escolar, sendo privilegiada a sua contribuição direta: o impacto dos nutrientes obtidos na escola. Não há referência a processos de formação de hábitos alimentares. Aos nutricionistas, é dado o papel de elaborar um cardápio nutricional e palatavelmente adequado.

Gaglianone et al (2006) analisam o desenvolvimento, a implementação e o impacto de um programa de educação nutricional sobre conhecimentos e atitudes relativos a hábitos alimentares saudáveis em três escolas de São Paulo. A intervenção centrou-se no fornecimento de informações por meio de estratégias lúdicas, compostas por jogos educativos e uma história, que estabeleçam a relação entre alimentação e bem-estar. Os professores foram submetidos às atividades e, posteriormente, aplicaram-nas aos seus alunos. Os resultados que foram aferidos por meio da comparação de pré-teste e pós-teste apontam para uma melhora na escolha alimentar dos estudantes e nos conhecimentos e atitudes de professores em relação à prevenção da obesidade.

Ao analisarmos a intervenção e a respectiva pesquisa, podemos opinar que se situam na categoria com ênfase nas concepções tradicional e comportamentalista, já que se privilegia a assimilação de informações através de estratégias lúdicas. À nutricionista na equipe de pesquisa, ao que tudo indica, caberia o papel de prescrever os bons hábitos alimentares através dos jogos. Pode-se questionar, inclusive, se efetivamente houve mudanças de atitudes nas escolhas

alimentares, uma vez que a verificação foi feita com base em respostas dadas pelos envolvidos. Os autores parecem concordar que a intervenção foi adequada. Fica aqui sugerida a possibilidade de lacunas, tanto no projeto de intervenção como na análise feita pelos pesquisadores. Consideramos as recomendações de Poulain e Proença (2003) ao proporem reflexões metodológicas para a coleta de dados acerca do fenômeno alimentar. Os autores alertam para a relação entre o que é declarado e o que é de fato implementado pelo indivíduo.

Schmitz et al (2008) avaliam uma metodologia desenvolvida para a capacitação de educadores e donos de cantina escolar. As oficinas consistiram em aulas expositivas, atividades práticas, jogos educativos, entre outros. Como indicadores de avaliação, analisaram-se itens relacionados à ampliação e aplicabilidade dos conhecimentos, além da implantação dos 10 passos da cantina escolar saudável. Na implantação da cantina saudável, resultados positivos foram observados comparando-se os períodos anterior e posterior à capacitação. Os autores consideraram que a metodologia utilizada levou à ampliação de conhecimento do público-alvo. A metodologia empregada pode aproximar-se de uma proposta educativa progressista quando envolve professores e donos de cantina, possibilitando a construção de um ambiente favorável ao aprendizado. Porém, há indícios de que a metodologia utilizada teve caráter informativo. Esse aspecto também poderia estar presente na relação entre professores/donos de cantina e alunos. A afirmação de que houve “*ampliação de conhecimentos*” e de que foram implantados os passos da cantina saudável aproxima-se da concepção comportamentalista.

Oliveira (2008), ao analisar material didático para “*instruir sobre alimentação*” no projeto “*Criança saudável - educação dez*” em séries iniciais de escolas públicas, informa que o projeto consiste na distribuição de cartilhas com histórias em quadrinhos para as crianças e de um Caderno do Professor. O estudo centrou-se no conteúdo do material escrito, no qual foram encontradas inconsistências. Aqui fica evidente a relação baseada na transmissão de conhecimentos. A preocupação da pesquisa seria a de aferir a forma mais adequada para consolidar essa modalidade educativa.

Campos et al (2004) realizaram um estudo que teve por objetivo avaliar o tipo de lanche consumido por crianças em uma escola particular. Ao se verificar que os lanches consumidos são, potencialmente, danosos à saúde, sugerem a realização de orientação nutricional para o esclarecimento de hábitos de dieta saudáveis. Embora o título do trabalho mencione a “*promoção da saúde*”, há apenas a constatação de hábitos inadequados e a sugestão para uma “*orientação nutricional para o esclarecimento de hábitos de dieta saudáveis*”, o que nos remete a uma prescrição de caráter informativo.

Ochsenhofer et al (2006) apresentam uma pesquisa que mostra preocupação com hábitos alimentares e doenças relacionadas. Enfatiza-se o papel da escola na formação de hábitos em geral e no fornecimento de conteúdo educativo, inclusive o nutricional. O trabalho apresenta-se como um estudo para identificar a preferência alimentar dos alunos de uma escola pública, confrontando os alimentos oferecidos pelo PNAE e pela cantina da escola. Ao ser constatada a preferência pelos alimentos da cantina, considerados “*inadequados*”, os autores propõem uma análise para os possíveis motivos. De forma vaga, sugerem “*a necessidade da atuação de profissionais capacitados, visando o incentivo ao consumo da merenda, por meio de educação nutricional*”. Não há clareza sobre a filiação a nenhuma abordagem pedagógica.

Davanço et al (2004) investigaram o hábito alimentar de crianças e seus determinantes durante a merenda escolar visando conhecer e intervir positivamente na formação dos hábitos alimentares. Observou-se a prevalência de hábito alimentar não saudável. Há uma tentativa de identificar os determinantes na constituição do hábito alimentar, o que pode sinalizar para a busca de uma proposta educativa afinada com o pensamento complexo.

Vieira et al (2005) desenvolveram uma pesquisa de intervenção que incluiu planejar, implementar e avaliar estratégias de Escolas Promotoras de Saúde (EPS), com envolvimento de

adolescentes, em uma escola pública. Os alunos participaram de oficinas em que foram abordados os temas “alimentação” e “higiene”, com aporte teórico e atividades lúdicas. Iniciou-se com o diagnóstico do conhecimento dos alunos sobre a correlação entre alimentação e saúde. As oficinas consistiram de: implementação da horta escolar, confecção de cartazes para as palestras realizadas pelos voluntários da escola e comunidade, experimentação de verduras, e outras atividades. Os autores consideraram como resultados positivos: a participação dos jovens nas etapas de planejamento do projeto até a efetivação das atividades, a articulação entre os alunos mais velhos e os mais jovens, a compreensão e absorção pelos jovens da estratégia da escola promotora de saúde e o despertar gradual dos professores. Concluiu-se ser possível a aplicação da estratégia das EPS em uma escola pública, alcançando-se o envolvimento da comunidade escolar por meio da participação dos agentes mirins. Ao que tudo indica, há aqui a compreensão de saúde de forma contextualizada e de educação como um processo de construção coletiva baseada na troca de saberes. É possível que nesse contexto tenham sido favorecidas a abordagem construtivista e até a político-social, porém não podem ser ignoradas as relações de poder envolvidas, que, na maioria das vezes, consolidam relações de saber verticalizadas sob uma falsa aparência de troca e construção coletiva do conhecimento.

A inserção da educação nutricional como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental é sugerida e discutida por Bizzo e Leder (2005). As autoras, além de recomendarem premissas pedagógicas, enfocam alguns dos principais requisitos técnico-científicos para tal implementação: a formação diferenciada do nutricionista, a compreensão da construção e mudança dos hábitos alimentares de escolares, a modelagem no contexto alimentar da escola e a integração com outras ações e intervenções. As autoras trazem contribuições para a consolidação de propostas pedagógicas progressistas quando propõem o tema como transversal. O fato de aludirem à importância da formação do nutricionista com vistas à prática pedagógica e de compreenderem o fenômeno alimentar e a constituição do hábito alimentar como multidimensional, estrutura uma proposta que converge para a ótica do pensamento complexo. Conclui-se apelando para a necessidade de investimentos e requisitos técnico-científicos, o que caracteriza um reconhecimento da complexidade do tema.

Caniné e Ribeiro (2007) analisaram práticas e concepções educativas de nutricionistas da equipe do órgão responsável pelo PAE no Rio de Janeiro e a compreensão que esses profissionais têm do papel que desempenham no Programa. Esclarecem que o programa espera contar com efetiva participação da comunidade em todas as fases de seu desenvolvimento - do planejamento à execução. Enfatizam o papel da informação e comunicação, esclarecendo que a informação deve ser compreendida como um dos componentes da promoção da saúde que permite capacitar a sociedade para tomar decisões autônomas visando à melhoria da qualidade de vida. Dentre outras análises, apresentam as concepções pedagógicas identificadas nas práticas de nutricionistas como, em muitos casos, não críticas e, em geral, tradicionais, oriundas de uma formação com base no modelo biomédico, “*fragmentado e centrado na transmissão de conhecimentos*”. Porém, identificam casos em que os profissionais entendem a saúde numa perspectiva integrada aos diversos fatores que a determinam e a educação como processo permanente baseado na troca de saberes. As autoras apostam numa sólida formação pedagógica do nutricionista e “*na consciência de seu papel de profissional da saúde*” a fim de que as atividades propostas para o ambiente escolar integrem educação e nutrição.

Castro et al (2007) apresentam o delineamento e a experimentação de método educativo para a promoção da alimentação saudável, tendo a culinária como seu eixo estruturante. A ação educativa foi desenvolvida contemplando merendeiras, professores de ensino fundamental, adolescentes e profissionais de saúde da atenção básica, incluindo equipes de Saúde da Família. Ela consistiu em oficina educativa estruturada em: vivência culinária; debate entre os participantes; encontro no qual foram aprofundados os temas surgidos no debate; encontro de

avaliação de todo o projeto. Foram realizadas oficinas educativas envolvendo os participantes, que avaliaram o modelo proposto como capaz de os sensibilizar para o tema e incentivar mudanças em relação à sua prática profissional e pessoal. As autoras caracterizaram esse modelo como uma inovação metodológica neste campo e o consideraram factível de ser aplicado. Há a proposição de formação de multiplicadores do modelo como uma das estratégias educativas. Embora explícito, o caráter educativo da intervenção não é evidenciado entre os termos de indexação: *alimentação; cultura; culinária; promoção de saúde; segurança alimentar e nutricional*. Tal fato dificulta a localização para quem realiza buscas através dos termos “educação alimentar e nutricional” ou mesmo “alimentação escolar”.

As duas situações anteriores indicam compreensão da complexidade do processo educativo e recorrem às ideias da autonomia, da contextualização do indivíduo, da troca de saberes, do respeito aos diversos saberes construídos historicamente. Do mesmo modo, há o entendimento da complexidade do fenômeno alimentar quando Castro et al (2007) elegem a culinária valorizando “*o comer e o cozinhar como práticas sociais carregadas de simbolismo, significado, história e identidade*” sem ignorar os condicionantes atuais. O fato de os modelos apresentados proporem a participação de representantes dos atores sociais envolvidos nos objetivos da ação e mobilizarem múltiplos aspectos da dimensão alimentar ao longo das etapas do processo indica filiação a uma proposta crítica de educação que abarca também o pensamento complexo.

CONCLUSÃO

A segurança alimentar e nutricional se constrói com a garantia de alimentação saudável e adequada. O oferecimento do alimento e de informações acerca de seu valor nutricional não é suficiente para que o hábito alimentar saudável se constitua. A complexidade inerente ao fenômeno alimentar requer investimento em abordagens educativas progressistas, transversais e intersetoriais com a convocação de atores sociais afins. Tal conjunção, além de incrementar a promoção de saúde na escola, pode trazer contribuições ao ensino de Ciências ao fomentar, por exemplo, a presença de práticas agrícolas na escola, as quais podem potencializar realidades e conhecimentos já existentes numa abordagem a partir do multiculturalismo (BAPTISTA & EL HANI, 2007).

A compreensão de aspectos capitais de educação alimentar e nutricional - tais como o seu reconhecimento como componente fundamental para a promoção da saúde; a escolha do espaço escolar; o papel dos diversos atores sociais; a complexidade enredada no conceito de educação e as várias dimensões que compõem o fato alimentar - constitui fator preponderante para a elaboração de estratégias de intervenção mais eficazes, bem como para análises críticas mais consistentes em pesquisas nesse campo. A contribuição da experiência de professores de Ciências pode ser de grande valia na identificação das correlações entre alimentação, conteúdos curriculares e realidade local, como também no domínio de estratégias facilitadoras do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, G.; EL HANI, C.. Diálogo entre modos de conhecer no ensino de biologia. *In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino de Ciências*. Belo Horizonte: ABRAPEC, 2007.
- BARTHES, R. Pour une psycho-sociologie de l'alimentation contemporaine. (textes 1961) *In: Oeuvres complètes: 1942-1965*. Paris: Seuil, 1993-1995. p. 924-933.

BIZZO, M. L. G.; LEDER, L.. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Rev. Nutr.**, v.18, n.5. Campinas, set./out., 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar**. Relatório final. Maio, 2004.

BRASIL. **Escolas Promotoras de Saúde: experiências no Brasil**. Brasília: MS, 2007.

BRASIL. **Alimentação Escolar**. MEC/FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 20/04/2009.

BURLANDY, L.; ANJOS, L. A. dos. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional de escolares no NE e SE do Brasil, 1997. **Cad Saude Publica**; 23(5): 1217-1226, maio, 2007.

CAMPOS, J. A. D. B.; ZUANON, A. C. C.. Merenda escolar e promoção de saúde. **Ciênc. Odontol. Bras**; 7(3): 67-71, jul./set., 2004.

CANINÉ, E. S.; RIBEIRO, V. M. B.. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. **Ciência & Educação**, v.13, n.1, 2007.

CARVALHO, G.S..Escolas promotoras de saúde: factores críticos para a sua implementação. **Revista de Educação**, v.XII, n.1, p. 63-75, 2004.

CASTRO, I. R. R. de et al. A culinária na promoção da alimentação saudável. **Rev. Nutr.**, Campinas, 20(6):571-588, nov./dez., 2007.

COSTA, E.de Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. de O.. Programa de Alimentação Escolar. **Rev. Nutr.**, v.14, n.3. Campinas, set./dez., 2001.

DAVANÇO, G. M et al. Hábitos alimentares de escolares (1ª e 2ª séries) durante a merenda escolar em escolas públicas de São Paulo, SP. **Rev. Paul. Pediatr**; 22(2): 95-101, jun, 2004.

FISCHLER, C. **El (h)ominívoro: El gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.

GAGLIANONE, C. P. et al. Educação nutricional no ensino público fundamental em São Paulo, Brasil. **Rev. Nutr.** 2006, v. 19, n. 3, p. 309-320.

LAURINDO, R.; LEAL, A.. A recepção da publicidade na TV entre crianças de cinco anos. *In: Comunicação, Mídia e Consumo*, jul. 2008. Disponível em: <http://thefreelibrary.com>. Acesso em: 10/08/2009.

MONTE, A. L. de S.; et al. Nível de desnutrição das crianças que recebem merenda escolar na rede municipal de ensino da cidade de Meruoca, Ceará. **Hig. aliment**; 17(107): 21-26, abr, 2003.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a. 350 p.

_____. **El Paradigma perdido: ensayo de bioantropologia**. Barcelona: Kairós. 2005b. 7 ed.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007. 3ed. 120p.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba. **Rev. Nutr**; 20(3): 285-296, maio-jun, 2007.

NICOLESCU, B.. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 2005. 3 ed. 167p.

OCHSENHOFER, K.; et al. O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina. **Nutrire**; 31(1): 1-16, 2006.

OLIVEIRA, K. S.. Avaliação do material didático do projeto *Criança saudável: educação dez*, 2005. **Interface comun. saúde educ**; 12(25):401-410, abr./jun, 2008.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, R. P. da C.. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Rev. Nutr.** v.16, n.4, Campinas out./dez, 2003.

PRASS, F. S.; MOREIRA, T. R.; OLIVEIRA, V. R. de. Contribuição do programa nacional de alimentação escolar sobre a condição nutricional crianças em idade escolar. **Hig. aliment**; 21(149): 22-25, mar, 2007.

ROZIN, P. Perspectivas psicobiológicas sobre las preferências y aversiones alimentarias. *In*: CONTRERAS, J. (org.). **Alimentación y cultura**. México: Alfaomega, 2002. p. 85-109.

SANTOS, L. M. P.; et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**; 23 (11): 2681-2693, nov, 2007.

SANTOS, L. A. da S.. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, v.18, n.5. Campinas, set./out, 2005.

SCHMITZ, B. de A. S. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cad. Saúde Pública**; 24 (supl.2): s312-s322, 2008.

SOUZA, T.; FONSECA, A.. Concepções e práticas de profissionais de saúde e de educação da rede municipal do Rio de Janeiro sobre alimentação e saúde. *In*: **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino de Ciências**. Belo Horizonte: ABRAPEC, 2007.

STURION, G. L.; et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr.**, v.18, n.2. Campinas, mar./abr., 2005.

VALENTE, F. (org.). **Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, E. A. O.; FERREIRA, E. F.; MATTOS, F. de F.. A influência dos agentes mirins num programa de escola saudável. **Rev. Bras. Ciênc. Saúde**; 9(3): 245-254, set./dez, 2005.